

a preencher pelos serviços

data de entrada: 05/08/13

N.º: 42687

1. Identificação do Requerente

1.1. Nome

FERNANDO ANTÓNIO CRESPO RAMALHO

1.2 Bilhete Identidade /
Cartão Cidadão

04075935

1.3 Identificação
Fiscal

171426320

1.4 Morada

QUINTA DO CEDRO, VALE FIGUEIRAS, COSELHAS
3000-404 COIMBRA1.5 Endereço
eletrónico

fernando.a.ramalho@gmail.com

1.6 Contacto
telefónico

917302114

2. Local de consulta do Plano

2.1 Internet

☒

2.2 Divisão de Planeamento

☐**3. Identificação da Sugestão / Reclamação**

3.1 Freguesia

Santa Cruz

3.2 N.º Processo na
Câmara
(se aplicável)**4. Elementos em anexo**

4.1 Planta de localização

☒

4.2 Outros (indique quais)

Requerimento dirigido ao Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra no âmbito da discussão pública do PDM.

5. Observação

☐

Sugestão

X

Reclamação

☐

Pedido de esclarecimento

☐

(Efetuada no âmbito da discussão pública da proposta da 1ª revisão do PDM de Coimbra, em conformidade com o disposto no artigo 77º do D.L. nº 380/99, de 22 de setembro, na redação que lhe foi conferida pelo D.L. nº 46/2009, de 20 de fevereiro)

Ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra,

Em anexo remete-se documento digitalizado escrito e assinado por dois munícipes, **Luís Manuel de Oliveira Pinto** e **Fernando António Crespo Ramalho**.

Data: 4 agosto 2013

Assinatura.

**Exmº Senhor Presidente da Câmara
Municipal de COIMBRA**

Luis Manuel de Oliveira Pinto, casado, residente na Horta do Moinho - Estrada de Coselhas, 3000-125 Coimbra,

E

Fernando António Crespo Ramalho, casado, residente na Quinta do Cedro, Vale de Figueiras, 3000 - 404 Coimbra,

Vêm expôr e requerer a Vª Excia o seguinte:

Ambos os requerentes, são donos e legítimos possuidores de prédios mistos, sitos na Estrada de Coselhas, freguesia de Santa Cruz, concelho de Coimbra, assim discriminados:

A - O Requerente Fernando António Crespo Ramalho é proprietário de um prédio rústico com a área de 3800m², inscrito na respectiva matriz predial, da freguesia de Santa Cruz sob o artigo nº 630º e de dois prédios urbanos inscritos na respectiva matriz predial da mesma freguesia de Santa Cruz sob os Artigos nºs 799º e 2785º com a área total de 372,50 m².

B - O Requerente Luis Manuel de Oliveira Pinto é proprietário de um prédio rústico sito na Estrada de Coselhas com a área de 4.396 m², inscrito na respectiva matriz predial da freguesia de Santa Cruz, sob o artigo nº 629º e de três prédios urbanos sitos no mesmo lugar inscritos na respectiva matriz predial da freguesia de Santa Cruz sob os artigos nºs 3.045º, 800º e 1169º com a área total de 530m².

Sucedem porém que o Requerente Luis Manuel habita um dos prédios urbanos, sendo que os outros estão arrendados, o primeiro andar de um ao Sport Club de Coselhas, colectividade com cerca de setenta anos de existência, destinada a cultura e recreio, o rés-do-chão, composto por quatro casas independentes, arrendadas a outras tantas famílias onde habitam já cerca de quarenta anos.

Tem ainda o Requerente uma casa arrendada a outra família. Como esta casa estava degradada, o inquilino resolveu fazer uma participação a essa Câmara Municipal, dizendo que a habitação não possuía condições de habitabilidade (Proc. 381/00 - Regtº 38234/01).

A Câmara notifica o Requerente no sentido de este fazer obras, como não as fez, uns meses depois recebe nova notificação, onde lhe comunicam o orçamento no valor 10.811,10 Euros (sem IVA), tendente à recuperação da habitação, e pelo qual se tornava responsável e que a Câmara iria proceder à execução dos trabalhos.

Depois da decisão tão drástica tomada por essa Câmara Municipal, o Requerente fez as obras por imposição administrativa.

O Requerente Fernando António Crespo Ramalho, tem um dos prédios urbanos arrendado a uma família e no seu prédio rústico tem uma horta, dezenas de árvores de fruto em suma tem o seu terreno tratado e muito cuidado, o prédio confina com a Estrada de Coselhas (EM 539) numa extensão mais ou menos de 87 m, a separação deste com a estrada é feita com arbustos, algumas árvores e nalguns sítios com um muro muito baixo.

No lado oposto o Requerente tem muros muitos altos que foram autorizados por essa Câmara Municipal.

Ultimamente, junto à Estrada de Coselhas o Requerente deu conta que o seu prédio se estava a transformar numa lixeira, com fogões velhos, frigoríficos e outro tipo de lixo que se estava a acumular dentro da propriedade, junto à estrada.

Para evitar que mais lixo fosse atirado para o seu terreno o Requerente solicitou a essa Câmara que lhe fosse passada licença para construção de um muro de vedação (Proc. nº 459/03 - Regtº 7004 - 03.02.10).

É notificado do indeferimento da sua pretensão, com base no facto de a sua propriedade estar inserida em Zona Verde de Uso Público - V1, e que a sua pretensão contraria o disposto na al. a) do nº 2 do Artº 39º do PDM.

Ambos os Requerentes, adquiriram há relativamente pouco tempo as suas propriedades, 1997 e 2000, por preços elevados, tendo posteriormente já realizadas diversas obras de benfeitorias com gastos significativos.

Só agora, aquando do pedido de licença para a construção do muro, souberam que afinal as suas propriedades estavam inseridas em Zona Verde de Uso Público - V1.

Sabiam que estas se encontravam situadas em Zona Verde, mas nunca para Uso Público e consequentemente que nelas não poderiam fazer novos prédios urbanos, ou quando muito uma vez que os prédios rústicos, qualquer deles tem uma área superior a 3000m2, poderia ser permitida a construção de habitação unifamiliar arquitectonicamente enquadrada e em princípio de um só piso, nº 4 do Artº 40º do Regulamento do Plano Director Municipal .

Têm vindo a cuidar das suas propriedades, o melhor que sabem e podem, nomeadamente recorrendo ao crédito bancário, plantando hortas, árvores de fruto, recuperando as habitações existentes, uma das quais por imposição dessa Câmara, que, em


vez de ordenar o sua demolição "obrigou" o Requerente na prática a fazer uma casa nova.

Os Requerentes não querem fazer novas edificações, pretendem simplesmente conservar os prédios adquiridos, recuperando-os, pretendem manter os prédios rústicos, limpos, com hortas e árvores de fruto, em resumo bem cuidados.

Assim requerem respeitosamente a Vª Excia .(para não haver insegurança por parte dos Requerentes, e para que estes estejam motivados, como até agora sempre estiveram a cuidar das suas propriedades) se digne mandar providenciar, para que o PDM seja alterado, no sentido de as suas propriedades deixarem de estar incluídas em Zona Verde de Uso Público - V1 e passarem a pertencer a outra classificação como por exemplo Zona Verde de Protecção.

E.D.

Os Requerentes,


José Manuel Gonçalves
- António Augusto Gonçalves

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA E RENOVAÇÃO URBANA

Requerente Fernando António Crespo Ramalho

Planta Topográfica n.º

Carta n.º

230 3/3-5/1

Escala 1:1 000

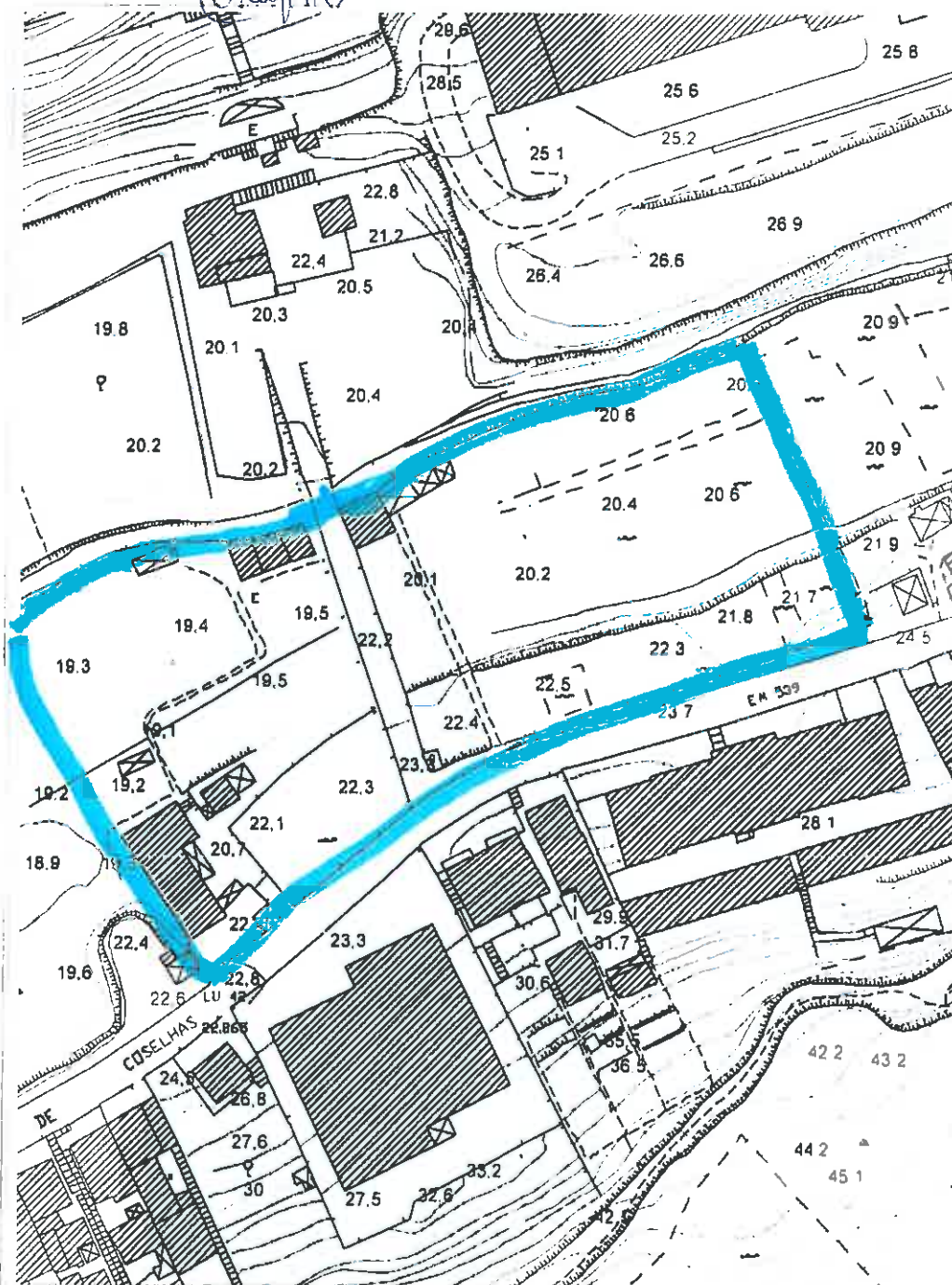
O Funcionário

Data 11-02-2013

CÂMARA MUNICIPAL



COIMBRA



Rui Campino

De: fernando ramalho <fernando.a.ramalho@gmail.com>
Enviado: domingo, 4 de Agosto de 2013 22:32
Para: pdm.discussao publica@cm-coimbra.pt
Assunto: Discussão pública do PDM
Anexos: Requerimento pág. 1.jpg; Requerimento pág. 2.jpg; Requerimento pág. 3.jpg; Requerimento pág. 4.jpg; Planta topográfica.jpg; ficha_particip_discuss_pub_pdm.docx

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra,

No âmbito da discussão pública do PDM, pretende-se apresentar um pedido de alteração do PDM. Para os devidos efeitos anexam-se os seguintes documentos:

- 1) Requerimento escrito e assinado por dois munícipes (4 páginas);
- 2) Planta topográfica com a área em questão assinalada a azul;
- 3) Ficha de participação na discussão pública do PDM.

Com os melhores cumprimentos.
Fernando António Crespo Ramalho